ÁREA TEMÁTICA: Gestão Socioambiental

Categoria: Enangrad Junior

GESTÃO RURAL EM PEQUENAS PROPRIEDADES: PRÁTICAS E DESAFIOS DOS PRODUTORES DE PIRIPIRI

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender as práticas de gestão utilizadas por produtores rurais de pequenas propriedades do município de Piripiri-PI, bem como identificar os principais desafios enfrentados na administração de suas atividades. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa de campo com aplicação de questionários semiestruturados a oito produtores rurais. Os resultados demonstraram que a gestão das propriedades é conduzida predominantemente de forma empírica, baseada na experiência prática e na transmissão familiar de conhecimentos, com reduzida utilização de controles financeiros formalizados e ferramentas gerenciais. Observou-se também baixa escolaridade entre os participantes, limitada assistência técnica, reduzida participação em capacitações e baixa adoção de tecnologias digitais voltadas à gestão rural. Entre os principais desafios identificados destacam-se as dificuldades de comercialização, a dependência de intermediários, as restrições financeiras, a escassez de mão de obra e o reduzido tamanho das propriedades. Além disso, verificou-se fragilidade nas formas de organização coletiva entre os produtores, aspecto que limita o fortalecimento do poder de negociação e o acesso a mercados. Conclui-se que o fortalecimento da gestão rural demanda ações voltadas à capacitação, assistência técnica, acesso a tecnologias e incentivo à cooperação entre produtores, contribuindo para a sustentabilidade e competitividade das pequenas propriedades rurais.

Palavras-chave: Gestão Rural; Minifúndios; Desafios gerenciais

ABSTRACT

The objective of this study was to understand the management practices used by small-scale farmers in the municipality of Piripiri, Piauí, as well as to identify the main challenges they face in managing their activities. The research is descriptive in nature, employing a qualitative approach, and was conducted through field research using semi-structured questionnaires administered to eight rural producers. The results demonstrated that farm management is predominantly conducted empirically, based on practical experience and the family transmission of knowledge, with limited use of formalized financial controls and management tools. Low educational attainment was also observed among participants, along with limited technical assistance, reduced participation in training programs, and low adoption of digital technologies geared toward rural management. Among the main challenges identified are marketing difficulties, dependence on intermediaries, financial constraints, labor shortages, and the small size of properties. In addition, weaknesses were observed in the forms of collective organization among producers, an aspect that limits the strengthening of bargaining power

and access to markets. It can be concluded that strengthening rural management requires initiatives focused on training, technical assistance, access to technology, and encouraging cooperation among producers, thereby contributing to the sustainability and competitiveness of small rural farms.
Keywords: Rural Management; Smallholdings; Management Challenges

1 INTRODUÇÃO

As pequenas propriedades rurais desempenham papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e territorial brasileiro, contribuindo para a produção de alimentos, geração de renda, manutenção das famílias no campo e crescimento das economias locais. Além de sua importância para a segurança alimentar, essas unidades produtivas representam um segmento estratégico da agricultura brasileira, especialmente em municípios cuja economia possui forte vínculo com as atividades agropecuárias.

Entretanto, a permanência e a competitividade dessas propriedades dependem cada vez mais da adoção de práticas gerenciais capazes de orientar o planejamento da produção, a organização dos recursos, o controle financeiro e a tomada de decisões. Em um cenário marcado por oscilações de mercado, mudanças climáticas, restrições de acesso ao crédito e crescente exigência por eficiência produtiva, a gestão rural deixa de ser apenas um instrumento administrativo e passa a constituir um fator estratégico para a sustentabilidade econômica das pequenas propriedades.

Nesse contexto, a administração rural compreende o conjunto de práticas relacionadas ao planejamento, organização, direção e controle das atividades desenvolvidas em uma propriedade agrícola, fornecendo suporte ao processo de tomada de decisão do produtor e contribuindo para o aumento da produtividade, redução de custos e melhoria dos resultados econômicos (Silva; Buss, 2011).

Apesar de sua relevância, estudos demonstram que grande parte dos pequenos produtores rurais ainda administra suas propriedades de forma predominantemente empírica, baseada na experiência prática e nos conhecimentos transmitidos entre gerações, com reduzida utilização de instrumentos formais de planejamento, controle financeiro e avaliação de resultados (Silva; Rech; Rech, 2010). Soma-se a esse cenário o acesso limitado à assistência técnica, à capacitação e às tecnologias de gestão, fatores que dificultam a modernização das atividades produtivas e restringem a competitividade dessas propriedades (Tavares; Rech, 2024; Silva; Santos, 2024).

No município de Piripiri-PI, as propriedades minifundiárias apresentam significativa importância para a economia local e para a permanência das famílias no meio rural. Apesar disso, essas unidades produtivas enfrentam limitações relacionadas à gestão, ao acesso a recursos, à assistência técnica, à adoção de tecnologias e à comercialização da produção, aspectos que comprometem seu desenvolvimento e sua sustentabilidade no longo prazo.

Embora a literatura reconheça a importância da gestão rural para o fortalecimento da agricultura familiar, ainda são escassos estudos qualitativos que investiguem como produtores de propriedades minifundiárias organizam suas práticas gerenciais em contextos locais específicos, especialmente no município de Piripiri-PI. Essa lacuna justifica a realização desta pesquisa, uma

vez que compreender a realidade desses produtores pode subsidiar ações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão e ao fortalecimento das pequenas propriedades rurais.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender as práticas de gestão utilizadas pelos produtores rurais de propriedades minifundiárias do município de Piripiri-PI, bem como identificar os principais desafios enfrentados na administração dessas unidades produtivas. Especificamente, busca-se: (i) identificar o perfil dos produtores e de suas propriedades; (ii) verificar a adoção de práticas de controle financeiro, capacitação, tecnologia e apoio técnico na gestão das propriedades; e (iii) compreender os principais desafios relacionados à gestão e à comercialização da produção.

Este estudo justifica-se pela relevância econômica e social das propriedades minifundiárias para o desenvolvimento rural de Piripiri-PI e pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre a realidade gerencial dessas unidades produtivas. Ao evidenciar como os produtores organizam suas atividades e quais dificuldades enfrentam, a pesquisa oferece subsídios para futuras ações de capacitação, assistência técnica e formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Rural

A gestão rural compreende o conjunto de práticas relacionadas ao planejamento, organização, direção e controle das atividades desenvolvidas na propriedade rural, subsidiando a tomada de decisão e contribuindo para a melhoria da produtividade, da eficiência e dos resultados econômicos (Silva; Buss, 2011). A partir dessa perspectiva, Ribeiro Filho e Tahim (2022) destacam que a agricultura familiar enfrenta constantes transformações econômicas, tecnológicas e mercadológicas, exigindo dos produtores maior capacidade de adaptação e inovação.

Nesse contexto, a inovação não se restringe às tecnologias produtivas, mas envolve também mudanças na gestão, na organização da produção e nas estratégias de comercialização. Os autores ressaltam ainda que limitações no acesso ao crédito, à assistência técnica e às tecnologias comprometem a modernização e a competitividade das propriedades rurais.

Diante desse cenário, a profissionalização da gestão rural torna-se fundamental para o fortalecimento das pequenas propriedades. Tavares e Rech (2024) afirmam que o uso de ferramentas de planejamento, controle e análise de custos favorece decisões mais estratégicas, enquanto a ausência desses instrumentos dificulta a mensuração dos resultados e o acesso a políticas públicas de crédito e incentivo.

Essa realidade está relacionada às limitações administrativas presentes em muitas propriedades familiares. Conforme Lourenzani et al. (2008), embora os produtores possuam amplo conhecimento técnico sobre a produção, ainda enfrentam dificuldades quanto ao planejamento, ao controle financeiro, à organização das informações e à análise dos resultados econômicos. Os autores ressaltam que a gestão rural deve ser compreendida de forma integrada, envolvendo aspectos produtivos, administrativos, comerciais, familiares e de adaptação às exigências do mercado.

Como alternativa para superar parte dessas limitações, estudos apontam que a adoção de tecnologias digitais, como aplicativos de controle financeiro e plataformas de comercialização, contribui para melhorar a gestão das propriedades ao facilitar o registro das atividades e o monitoramento dos custos, tornando o processo decisório menos empírico (Sebrae, 2022; Conab, 2024).

Além das tecnologias, as políticas públicas desempenham papel importante na modernização da agricultura familiar. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, que movimentou R$ 29,5 bilhões nos primeiros meses de execução, representa um esforço para ampliar o acesso ao crédito, incentivar práticas sustentáveis e fortalecer a gestão das propriedades (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2024). Associadas a essas políticas, estratégias como marketing rural, certificação de qualidade e agregação de valor aos produtos podem ampliar as oportunidades de comercialização e reduzir a dependência de intermediários.

Dessa forma, observa-se que a adoção de práticas gerenciais, aliada ao uso de tecnologias e ao fortalecimento das políticas públicas, constitui um fator essencial para a sustentabilidade econômica, social e produtiva das pequenas propriedades rurais.

2.1.1 Minifúndio e relevância socioeconômica

Para fins de delimitação conceitual, considera-se minifúndio o imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal, conforme a Lei nº 8.629/1993. O módulo fiscal, definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), varia de acordo com as características produtivas de cada município. Em Piripiri (PI), corresponde a 60 hectares, sendo classificadas como minifúndios as propriedades inferiores a essa área e como pequenas propriedades aquelas entre 60 e 240 hectares (BRASIL, 1993; INCRA, 1980). Essa definição fundamenta a caracterização das unidades produtivas analisadas neste estudo.

Embora apresentem reduzida dimensão territorial, os minifúndios possuem relevante importância econômica e social. Santos e Silva (2022) destacam que essas propriedades contribuem tanto para a subsistência quanto para a comercialização da produção, enquanto Silva, Rech e Rech (2010) observam que, independentemente da área, pequenas propriedades compartilham características gerenciais, como a centralização das decisões no produtor e a adoção de práticas informais de controle.

Os dados do Censo Demográfico 2022 reforçam a relevância desse segmento. Embora 87,41% da população brasileira resida em áreas urbanas, cerca de 30,6% da população do Piauí permanece na zona rural, evidenciando a importância das atividades agropecuárias para o desenvolvimento regional (IBGE, 2022). Nesse contexto, Moraes, Sousa e Araújo (2020) ressaltam que as propriedades de pequeno porte exercem papel fundamental na geração de trabalho e renda, apesar de enfrentarem limitações estruturais, baixo nível de mecanização e restrições produtivas.

Além das limitações estruturais, a sustentabilidade dessas propriedades depende da adoção de práticas gerenciais mais eficientes. Silva, Rech e Rech (2010) afirmam que a profissionalização da gestão rural é essencial para reduzir a vulnerabilidade econômica e enfrentar desafios como o êxodo rural, destacando que a utilização de informações gerenciais

contribui para decisões mais racionais relacionadas aos custos, às receitas e às oportunidades de mercado.

2.2 Práticas de controle financeiro, capacitação, tecnologia e apoio técnico

Estudos apontam que as práticas de gestão em propriedades rurais ainda são marcadas pela informalidade e pela baixa sistematização das informações. Hofer et al. (2011) demonstram que muitos produtores utilizam apenas anotações esporádicas ou a memória para controlar as atividades da propriedade, enquanto Do Vale e Silva (2019) observam que a contabilidade rural ainda é empregada predominantemente para fins fiscais, sendo pouco utilizada como ferramenta gerencial.

De forma semelhante, Silva, Rech e Rech (2010) destacam que o controle de custos, o planejamento da produção e a organização financeira costumam ocorrer de maneira empírica, dificultando a avaliação do desempenho econômico. Em contrapartida, Simioni, Binotto e Battiston (2015) evidenciam que o acesso à informação e a adoção de práticas gerenciais, mesmo simplificadas, contribuem para o aumento da eficiência e da renda nas propriedades rurais.

Nesse contexto, a capacitação dos produtores e a inclusão digital tornam-se fatores importantes para o fortalecimento da gestão rural. Carvalho (2013) destaca que as tecnologias digitais podem auxiliar no controle de custos, no registro das atividades e no acesso à informação, embora seu uso ainda seja limitado pelo baixo nível de escolaridade e pelas dificuldades de acesso às tecnologias.

O avanço das tecnologias digitais também tem favorecido a modernização da gestão das propriedades rurais. Melo et al. (2021) apontam que aplicativos, softwares e sistemas informatizados ampliam o controle da produção, das finanças e do desempenho produtivo, contribuindo para decisões mais planejadas e para a profissionalização da gestão. Entretanto, a adoção dessas ferramentas ainda enfrenta barreiras relacionadas à capacitação técnica e à resistência à substituição de práticas tradicionais. De forma complementar, Deponti (2014) e Giacomello et al. (2022) ressaltam que sistemas de informação gerencial e ferramentas digitais podem aprimorar a gestão rural, desde que acompanhados de infraestrutura tecnológica e qualificação dos produtores.

Além da capacitação e das tecnologias, a assistência técnica também influencia a organização das propriedades rurais. Castro (2015) destaca que a oferta desses serviços apresenta diferenças regionais quanto à frequência e à continuidade do atendimento, constituindo um fator relevante para o desenvolvimento da gestão e da produção rural.

2.3 Desafios de comercialização e gestão rural

A comercialização da produção constitui um dos principais desafios da gestão rural nas pequenas propriedades. Darolt et al. (2016) destacam que cadeias curtas de comercialização, como feiras, venda direta, cooperativas e mercados locais, representam importantes alternativas para aproximar produtores e consumidores. Nesse contexto, Miranda et al. (2024) ressaltam que as feiras da agricultura familiar favorecem a venda direta e reduzem a dependência de intermediários, embora fatores como sazonalidade da

produção, organização da oferta e fluxo de consumidores influenciem diretamente os resultados econômicos dos produtores.

Além dos desafios relacionados à comercialização, a gestão das pequenas propriedades caracteriza-se pela integração entre as atividades produtivas, administrativas e familiares. Silva, Rech e Rech (2010) e Deponti (2014) destacam que o planejamento, o controle e a organização das atividades são conduzidos, em grande parte, pelo próprio produtor, que concentra funções técnicas, operacionais e gerenciais. Essa realidade, associada à experiência prática, à disponibilidade de tempo e ao limitado acesso a instrumentos de gestão, dificulta a adoção de práticas administrativas mais estruturadas.

Nesse cenário, Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) observam que muitos instrumentos de gestão não se adequam às especificidades das pequenas propriedades, em razão da escala de produção, da disponibilidade de recursos, da qualificação técnica e da organização do trabalho. De forma complementar, Nunes et al. (2021) destacam que produtores da agricultura familiar enfrentam dificuldades relacionadas ao financiamento, à assistência técnica e à inserção em mercados consumidores, mantendo sistemas produtivos parcialmente voltados à subsistência e processos de qualificação predominantemente baseados na experiência prática. Esses aspectos reforçam a importância das políticas públicas de apoio técnico e financeiro para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais.

Além dos desafios econômicos e organizacionais, a continuidade da atividade agrícola também depende da sucessão familiar. Silvestro et al. (2001) compreendem esse processo como resultado das dinâmicas familiares, da organização do trabalho e das expectativas das novas gerações. Complementando essa perspectiva, Coutinho e Ribeiro (2026) destacam que fatores como renda, acesso à educação, assistência técnica e oportunidades de desenvolvimento influenciam diretamente a permanência dos jovens no meio rural e, consequentemente, a continuidade das propriedades familiares.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza descritiva e abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva busca descrever características de determinado grupo ou fenômeno, sendo adequada para estudos que procuram compreender práticas e percepções em contextos específicos (GIL, 2008). A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão das experiências, percepções e formas de organização dos produtores rurais, permitindo analisar significados e práticas sociais relacionados à gestão das propriedades (MINAYO, 2014).

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, elaborado pelo próprio autor com base nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico sobre gestão rural, práticas gerenciais, controle financeiro, comercialização, assistência técnica e tecnologia no meio rural. Conforme Gil (2008), esse tipo de instrumento combina questões previamente definidas com a possibilidade de aprofundamento das respostas.

O questionário foi composto por 22 questões abertas, organizadas em blocos temáticos sobre perfil do produtor, práticas de gestão, comercialização, capacitação, tecnologia e desafios enfrentados. A

população da pesquisa foi formada por produtores responsáveis pela gestão de pequenas propriedades rurais da região de Piripiri-PI.

A amostra, selecionada por conveniência, foi composta por oito produtores rurais, todos do sexo masculino, com idade entre 40 e 84 anos, residentes em quatro assentamentos distintos. A utilização da amostragem não probabilística é adequada a pesquisas qualitativas, nas quais o foco está na compreensão do fenômeno estudado e não na representatividade estatística (PRODANOV; FREITAS, 2013). A coleta de dados ocorreu presencialmente entre 19 de abril e 24 de maio de 2026.

Os dados foram organizados e submetidos à análise qualitativa de caráter descritivo, mediante categorização das respostas conforme os temas investigados. As categorias de análise foram definidas a partir dos blocos temáticos do questionário e do referencial teórico, permitindo relacionar os dados empíricos às discussões da literatura.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Identificação do produtor rural

Tabela 1 - Perfil dos produtores

Achado Identificado	Análise e Interpretação	Evidências Empíricas
Aprendizagem baseada na experiência familiar	Conhecimento predominantemente empírico (Lourenzani et al., 2008).	**E3:** "Com 5 anos meu pai começou a me levar para as roças." **E4:** "Desde criança criado na roça, trabalhando."
Baixo nível de escolaridade	Limitações para adoção de práticas gerenciais (Lourenzani et al., 2008).	**E4:** "Estudo não tenho não." **E8:** "Fiz até a 5ª série..."
Pequenas propriedades e diversificação produtiva	Diversificação como estratégia produtiva (Moraes; Sousa; Araújo, 2020	**E3:** "Eu crio porco, eu crio bode, são duas vaquinhas... é legume para um lado, mandioca para outro..."
Predominância da mão de obra familiar	Integração entre família, gestão e produção (Silva; Rech; Rech, 2010).	**E7:** "Não, lá só eu mesmo."

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A Tabela 1 evidencia que os principais achados da pesquisa convergem com a literatura sobre gestão rural em pequenas propriedades agrícolas. Os resultados demonstram que a experiência prática e a transmissão de conhecimentos entre gerações constituem a principal base para a condução das atividades produtivas, enquanto a baixa escolaridade representa um fator que pode dificultar a adoção de práticas formais de gestão, planejamento e controle da propriedade. Observou-se, ainda, que a reduzida dimensão das unidades produtivas favorece a diversificação das atividades como estratégia para manutenção da produção e da renda.

Além disso, a predominância da mão de obra familiar influencia diretamente a forma como a propriedade é administrada. Em conjunto, esses aspectos indicam que os desafios enfrentados pelos produtores estão

relacionados não apenas às condições produtivas, mas também ao fortalecimento das práticas de gestão rural, especialmente no que se refere ao planejamento, ao controle financeiro, à organização das atividades e ao acesso à assistência técnica, fatores essenciais para a sustentabilidade e o desenvolvimento das pequenas propriedades.

4.2 Práticas de gestão e controle

Tabela 2 - Práticas de gestão e controle

Achado Identificado	Análise e Interpretação	Evidências Empíricas
Predominância de controles financeiros informais.	O controle financeiro é realizado, predominantemente, de forma empírica, sem utilização de ferramentas formais, corroborando Hofer et al. (2011) e Do Vale e Silva (2019).	**E3:** "Não, não anoto não... só de cabeça mesmo." **E4:** "É de cabeça mesmo, não tem nada em caderno." **E5:** "Anoto não, é na memória mesmo."
Existência de registros financeiros pontuais.	Alguns produtores demonstram preocupação com o acompanhamento das despesas, ainda que utilizem registros simples e não padronizados.	**E1:** "Eu tenho tudo anotado. Da gasolina, do início do plantio, eu já começo a anotar tudo."
Planejamento baseado na experiência prática.	O planejamento das atividades ocorre de maneira intuitiva, fundamentado na experiência acumulada, conforme discutem Silva, Rech e Rech (2010)	**E3:** "Vou só com a coisa no dia." **E4:** "A gente planeja como é que vai dar." **E5:** "Vou gastar tanto comprando milho."
Centralização das decisões no produtor.	As decisões são concentradas no próprio produtor, com reduzida utilização de informações gerenciais e apoio técnico, corroborando Lourenzani et al. (2008).	**E2:** “Aí tudo eu faço mesmo, porque não tem outra coisa que eu posso fazer não”

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A Tabela 2 evidencia que as práticas de gestão adotadas pelos produtores rurais são caracterizadas, predominantemente, pela informalidade e pelo conhecimento empírico adquirido ao longo da experiência na atividade agrícola. Embora alguns entrevistados demonstrem preocupação com o acompanhamento das despesas e o planejamento das atividades, essas práticas ainda ocorrem de forma pouco sistematizada e sem o suporte de instrumentos gerenciais estruturados.

Observou-se, ainda, que a tomada de decisões permanece centralizada no próprio produtor, reforçando a dependência da experiência prática em detrimento do uso de informações gerenciais para subsidiar o planejamento e o controle da propriedade. Em conjunto, esses resultados indicam que o fortalecimento da gestão rural nas pequenas propriedades depende da ampliação do acesso a ferramentas de controle financeiro, capacitação gerencial e assistência técnica, capazes de contribuir para decisões mais eficientes e para a sustentabilidade econômica dos empreendimentos rurais.

4.3 Capacitação, tecnologia e apoio técnico

Tabela 3 - Assistência técnica, capacitação e tecnologias

Achado Identificado	Análise e Interpretação	Evidências Empíricas
Acesso limitado à assistência técnica.	Os produtores relataram ausência de acompanhamento técnico especializado, corroborando Castro (2015), que aponta desigualdades no acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural.	**E3:** "Não." **E4:** "Não, não, não." **E5:** "De jeito nenhum."
Baixa participação em capacitações voltadas à gestão rural.	A reduzida participação em treinamentos contribui para a permanência de práticas gerenciais baseadas na experiência e na tradição familiar.	Evidenciada pelos relatos dos entrevistados sobre a inexistência de cursos e capacitações relacionadas à gestão da propriedade.
Baixa adoção de tecnologias digitais na gestão da propriedade.	O uso limitado de ferramentas digitais confirma as dificuldades de modernização da gestão rural apontadas por Carvalho (2013), Melo et al. (2021), Deponti (2014) e Giacomello et al. (2022).	**E4:** "Eu só sei ligar e atender. Eu não sei mexer com internet."

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A Tabela 3 demonstra que o fortalecimento da gestão rural nas propriedades pesquisadas ainda enfrenta limitações relacionadas ao acesso ao conhecimento técnico e às tecnologias de apoio à gestão. Os resultados evidenciam que a ausência de assistência técnica regular e a reduzida participação em capacitações dificultam a incorporação de práticas gerenciais mais estruturadas, mantendo os produtores dependentes, sobretudo, da experiência adquirida ao longo da atividade rural.

Além disso, a baixa utilização de tecnologias digitais revela que a modernização da gestão não depende apenas da disponibilidade de equipamentos, mas também da qualificação dos produtores, da conectividade e do acesso a serviços de apoio. Em conjunto, esses fatores reforçam a importância de ações voltadas à ampliação da assistência técnica, da capacitação gerencial e da inclusão digital, como estratégias para promover uma gestão rural mais eficiente, sustentável e adaptada às necessidades das pequenas propriedades agrícolas.

4.4 Comercialização

Tabela 4 - Comercialização

Achado Identificado	Análise e Interpretação	Evidências Empíricas
Predominância de cadeias curtas de comercialização.	A comercialização ocorr, por meio de compradores locais, atravessadores e consumidores da comunidade, corroborando Darolt et al. (2016).	**E3:** "Os comprador vem comprar aqui mesmo." **E4:** "Os comprador sempre compra."

Dependência de intermediários na venda da produção.	A atuação de intermediários reduz o poder de negociação dos produtores e influencia a formação dos preços de venda.	**E3:** "Pagam mais barato que é para ele ganhar o dele." **E1:** Relatou que a comercialização depende das condições de mercado e da atuação de compradores externos.
Dificuldade na comercialização e obtenção de preços justos.	A instabilidade do mercado e as oscilações de preços comprometem a comercialização da produção, conforme discutem Caldeira et al. (2023).	**E1:** "Esse aí é o verdadeiro problema... às vezes você consegue produzir e não ter comprador." **E7:** Relatou que, muitas vezes, é necessário reduzir os preços para evitar perdas da produção.
Ausência de estratégias de agregação de valor aos produtos.	A comercialização ocorre predominantemente na forma de produtos in natura, limitando a competitividade e as oportunidades de ampliação da renda.	**E1:** "Ninguém trabalha com essa personalização não." **E3, E7 e E8:** Informaram que comercializam a produção diretamente na propriedade, sem beneficiamento ou diferenciação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A Tabela 4 evidencia que os principais desafios relacionados à gestão rural extrapolam o processo produtivo e concentram-se, sobretudo, na comercialização da produção. Os resultados demonstram que a predominância de canais locais de venda e a dependência de intermediários reduzem o poder de negociação dos produtores e dificultam a obtenção de preços mais vantajosos.

Além disso, a ausência de estratégias de agregação de valor, como beneficiamento, padronização ou diferenciação dos produtos, restringe a competitividade das propriedades e limita as possibilidades de ampliação da renda. Em conjunto, esses achados indicam que o fortalecimento da gestão rural depende não apenas da melhoria dos processos produtivos, mas também da adoção de estratégias de comercialização que ampliem o acesso a mercados, fortaleçam a negociação e contribuam para a sustentabilidade econômica das pequenas propriedades rurais.

4.5 Desafios da gestão rural

Tabela 5 - Desafios da gestão rural

Achado Identificado	Análise e Interpretação	Evidências Empíricas
Limitação de recursos financeiros.	A restrição financeira compromete a capacidade de investimento e modernização das propriedades, corroborando Ribeiro Filho e Tahim (2022) e Nunes et al. (2021).	**E2:** "Se eu tivesse mais dinheiro, ia aumentar." **E4:** "Se tivesse mais dinheiro hoje, era melhor." **E5:** "Seria melhor se tivesse dinheiro mesmo."

Escassez de mão de obra.	A reduzida disponibilidade de trabalhadores intensifica a dependência da mão de obra familiar, conforme Silva, Rech e Rech (2010).	**E2:** "A mão de obra que é meio difícil mesmo." **E4:** "Se fosse mais gente ajudando seria melhor." **E6:** Relatou que a principal dificuldade é a falta de trabalhadores.
Pequena dimensão das propriedades.	A limitação da área disponível restringe a expansão produtiva e o desenvolvimento da atividade rural, conforme Moraes, Sousa e Araújo (2020).	**E3:** "A maior dificuldade que eu tenho aqui é a minha propriedade, que é muito pequena... precisava ter pelo menos 50 hectares."
Fragilidade da organização coletiva.	A baixa cooperação entre os produtores reduz o poder de negociação e dificulta ações conjuntas de comercialização e acesso a insumos.	**E1:** "A desunião aqui está muito grande." **E2:** "O pessoal não quis mais."
Dificuldades relacionadas à sucessão familiar.	O envelhecimento dos produtores e a saída dos jovens do meio rural representam desafios para a continuidade das propriedades, conforme Silvestro et al.	**E6:** "Os filhos estão todos fora."

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A Tabela 5 demonstra que os desafios da gestão rural identificados na pesquisa são multidimensionais e ultrapassam as questões diretamente relacionadas ao processo produtivo. Os resultados evidenciam que as limitações financeiras, a escassez de mão de obra e o reduzido tamanho das propriedades restringem a capacidade de investimento, expansão e modernização das atividades rurais. Além disso, a fragilidade das organizações coletivas reduz as oportunidades de cooperação entre os produtores, comprometendo o acesso a mercados, insumos e melhores condições de negociação.

Soma-se a esse cenário a dificuldade de sucessão familiar, evidenciada pelo envelhecimento dos produtores e pela reduzida permanência das novas gerações no meio rural, fator que pode comprometer a continuidade das propriedades no longo prazo. Em conjunto, esses achados reforçam que o fortalecimento da gestão rural exige uma abordagem integrada, contemplando ações voltadas à capacitação gerencial, ao acesso ao crédito, à ampliação da assistência técnica e ao incentivo à organização coletiva, contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo compreender as práticas de gestão adotadas pelos produtores rurais de pequenas propriedades do município de Piripiri-PI, bem como identificar os principais desafios enfrentados na administração de suas atividades. Os resultados demonstraram que a gestão dessas propriedades permanece fortemente fundamentada na experiência prática e nos conhecimentos transmitidos entre

gerações, com reduzida utilização de ferramentas formais de planejamento, controle financeiro e acompanhamento dos resultados produtivos.

A pesquisa evidenciou que fatores como a baixa escolaridade, a limitada oferta de assistência técnica, a reduzida participação em capacitações e a baixa adoção de tecnologias digitais influenciam diretamente a forma como a gestão é conduzida. Verificou-se ainda que as dificuldades de comercialização, a dependência de intermediários, as restrições financeiras, a escassez de mão de obra e o reduzido tamanho das propriedades constituem desafios que impactam a sustentabilidade econômica e a capacidade de desenvolvimento dessas unidades produtivas.

Entre os achados mais relevantes, destaca-se a fragilidade das formas de organização coletiva entre os produtores, evidenciada pelos relatos sobre a descontinuidade de associações e pela percepção de desunião entre os agricultores. Tal aspecto revelou-se um fator que limita o fortalecimento do poder de negociação, o acesso a mercados e a construção de estratégias coletivas voltadas ao desenvolvimento rural.

Conclui-se que o fortalecimento da gestão rural em pequenas propriedades exige não apenas investimentos em capacitação gerencial e assistência técnica, mas também iniciativas que estimulem a cooperação entre produtores e ampliem o acesso a informações, tecnologias e mercados. Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão da realidade dos minifúndios de Piripiri-PI e reforça a importância de políticas públicas e ações institucionais voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (org.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 43-65.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 fev. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 movimenta R$ 29,5 bilhões nos primeiros quatro meses. Brasília, 2024.

CALDEIRA, Adilson; FERNANDES, João Pedro de Arruda; TOMANINI, Eduardo Rodrigues; MAGALHÃES, Carolina Fernanda Freire. O papel estratégico da gestão de custos em agronegócios na visão de produtores brasileiros de grãos. *Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar*, Tupã, v. 9, n. 2, p. 45–67, 2023.

CARVALHO, Fernando Afonso de. Inclusão digital: a influência do ensino de informática como contribuição à gestão rural familiar. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2013.

CASTRO, C. N. de. *Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural*. Texto para Discussão, IPEA, n. 2070, 2015.

CASTRO, Rogério Alessandre de Oliveira. A nova lei de financiamento do agronegócio (Lei 13.986/2020). *Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central*, Brasília, v. 14, n. 2, p. 137–151, dez. 2020.
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Atualização dos custos de produção da agricultura familiar está disponível. Brasília, 2024.
COUTINHO, A. A. .; RIBEIRO , M. da S. . Juventude Rural e Sucessão Familiar: Dilemas entre Permanecer e Migrar por Mudanças de Vida. **Revista Científica FESA**, *[S. l.]*, v. 3, n. 34, p. 216–238, 2026.
DAROLT, Moacir Roberto et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na agricultura familiar. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 38, p. 301–322, 2016.
DEPONTI, C. M. *As "agruras" da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar*. REDES: Revista do Desenvolvimento Regional, v. 19, ed. especial, p. 9-24, 2014.
DO VALE, N. K. A.; SILVA, K. L. J. Contabilidade rural: apoio e controle para o processo de gestão das empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO. Revista UNEMAT de Contabilidade, v. 8, n. 15, set. 2019. DOI: 10.30681/ruc.v8i15.2885.
GIACOMELLO, C. P. et al. *Avaliação e seleção de um sistema de informação gerencial para pequenas propriedades rurais*. Abakós, v. 10, n. 2, p. 3–25, 2022. DOI: 10.5752/P.2316-9451.2022v10n2p3-25.
GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
HOFER, E. et al. A relevância do controle contábil para o desenvolvimento do agronegócio em pequenas e médias propriedades rurais. RC&C: Revista de Contabilidade e Controladoria, v. 3, n. 1, p. 27–42, 2011. DOI: 10.5380/rcc.v3i1.21490.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Instrução Especial nº 20, de 28 de maio de 1980. Estabelece os módulos fiscais dos municípios brasileiros. Brasília, DF: INCRA, 1980.
LOURENZANI, W. L.; QUEIROZ, T. R.; SOUZA FILHO, H. M. de. Scorecard sistêmico: modelo de gestão para empreendimentos rurais familiares. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 10, n. 1, p. 123-136, 2008
MELO, Daniela Montes de et al. A importância da gestão rural e da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais. GETEC, v. 10, n. 31, p. 1-20, 2021.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
Miranda, S. P., Wegner, R. C., & Dias, A. (2024). Comercialização nas feiras da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a estrutura desses canais. Revista de Economia e Sociologia Rural, 62(4), e270700.
MORAES, Maria Dione Carvalho de; SOUSA, Alyne Maria Barbosa de; ARAÚJO, Clarissa Flávia Santos. Agricultura familiar no Piauí: uma leitura do Censo Agropecuário 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, n. 4, p. 9-24, 2020.
NUNES, Jakson Ulisses; SILVA, Rosa Adeyse; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; NOBRE, Liana Holanda Nepomuceno; SIQUEIRA FILHO, Valdemar. *Desafios para gestão da propriedade rural no contexto da*

agricultura familiar na região de Mossoró-RN. Revista Colóquio: Administração e Ciência, Mossoró-RN, v. 1, n. 3, 2021.
PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
RIBEIRO FILHO, J. R.; TAHIM, E. F. Inovação e contingencialidade na agricultura familiar. Gestão & Conexões - Management and Connections Journal, Vitória, v. 11, n. 3, p. 87-107, set./dez. 2022.
SANTOS, Gesmar Rosa dos; SILVA, Rodrigo Peixoto da. Minifúndios, produção agrícola e módulo fiscal: convergências e divergências entre a definição e resultados. In: 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2022, Natal. Anais [...]. Natal: SOBER, 2022.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Tecnologias sociais garantem o desenvolvimento da agricultura familiar. 07 dez. 2022.
SILVA, Bruno H. de O.; SANTOS, Bruno S. dos. Agricultura digital: desafio da conectividade no campo para o desenvolvimento da agricultura familiar. Revista Mirante, Anápolis, v. 17, n. 2, p. 140-163, jun. 2024.
SILVA, Marcia Zanievicz; RECH, Luiz Carlos; RECH, Glades Machado. Estudo sobre as práticas de gestão utilizadas no gerenciamento das pequenas propriedades rurais de Guaramirim. *Ciências Sociais em Perspectiva*, Cascavel, v. 9, n. 17, p. 57–74, 2º sem. 2010.
SILVA, Paola; BUSS, Ricardo N. A administração na pequena propriedade rural. *Revista São Luiz Orione*, v. 1, n. 5, 2011.
SILVESTRO, M. L. et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Estudos Sociedade e Agricultura, 2001.
SIMIONI, F. J.; BINOTTO, E.; BATTISTON, J. INFORMAÇÃO E GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 11, n. 3, 2015.
TAVARES, Emanuelle; RECH, Sabrina. Contabilidade de custos na agricultura familiar: uma revisão sistemática. *Anais do Congresso Brasileiro de Contabilidade*, São Paulo, v. 11, p. 1–15, 2024.
VAZ, José Pantoja. Planejamento e custos na produção da agricultura familiar: o caso do Projeto de Assentamento Itaubal. *Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar*, Tupã, v. 6, n. 1, p. 151–185, 2020.